

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente procedimento tem por objeto a participação da Portos do Paraná, no projeto “**COP Portos Sustentáveis**”, do GRUPO TRIBUNA - A TRIBUNA DE SANTOS JORNAL E EDITORA LTDA CNPJ: 58.183.401/0001-04 que tem como objetivo mobilizar as autoridades portuárias para a elaboração de um documento com as práticas sustentáveis que será elaborado a partir de encontros regionais. A síntese será levada para a **COP 30** a ser realizada em Belém (PA) no mês de novembro de 2025.

1.2 O valor global do patrocínio será de R\$ 150.000,00.

1.3 O plano de trabalho será executado de acordo com o anexo I deste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A proposta do projeto é promover um amplo debate entre as autoridades portuárias brasileiras que se reunirão em encontros regionais com o intuito de criar um documento sobre práticas sustentáveis consolidando compromissos e destacando o setor portuário brasileiro como um modelo de inovação ambiental. O documento será apresentado em novembro de 2025 na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30, evento organizado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a ser realizada em Belém (PA). O Grupo Tribuna irá formar uma comissão nacional com autoridades portuárias para promover os debates e iniciativas do COP Portos, unindo esforços em prol do projeto que contará com três encontros estratégicos a serem realizados entre os meses de junho e novembro de 2025 em território nacional. Nos encontros

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

serão coletados dados para a formulação do relatório final com os compromissos sustentáveis do sistema portuário brasileiro, reforçando as iniciativas do setor que serão apresentadas na COP 30.

2.2 A Portos do Paraná, empresa que administra os portos de Paranaguá e Antonina – (Administração Portos do Paranaguá e Antonina – APPA) tem a missão de se estabelecer como um dos principais hubs logísticos marítimos do mundo. Para isso, vem realizando investimentos e organizando sua estrutura para ampliar a capacidade de movimentação de cargas, sempre com eficiência. Ao mesmo tempo, a Portos do Paraná demonstra preocupação com a preservação ambiental, mantendo mais de 20 programas permanentes voltados ao desenvolvimento socioambiental. A relevância da empresa nesse sentido é tão significativa que, desde 2019, é convidada a palestrar nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Participar das discussões promovidas pelo Grupo Tribuna e ser autora de um documento que estabelecerá compromissos dos portos brasileiros com a sustentabilidade é de extrema importância. É uma oportunidade ímpar para que a Portos do Paraná contribua com a temática, exponha seus projetos, apresente suas propostas e inspire outros equipamentos portuários a seguir os modelos aplicados aqui. Além disso, será um momento para receber informações que poderão incrementar as ações já realizadas e até motivar outros projetos. Se isso já não fosse um ganho extraordinário, o patrocínio da Portos do Paraná propiciará o fortalecimento de sua imagem na mídia, ampliando sua relevância para a sociedade brasileira.

2.3 Para a Portos do Paraná possa fazer parte do projeto, é importante observar os regramentos legais para conceder o patrocínio, a exemplo do Parágrafo segundo do Art. 93 da Lei 13.303/2016, que limita as despesas com publicidade e patrocínio desta empresa pública:

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Art. 93. As despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1o O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração

3. PARCELAMENTO DO OBJETO

3.1 O parcelamento do objeto de contratação não é aplicado, condição justificada por três razões principais vinculadas à natureza da contratação e à pesquisa de viabilidade técnica procedida por esta empresa, quais sejam:

I.O parcelamento do objeto não gera benefícios financeiros;

II.O parcelamento do objeto compromete a viabilidade técnica da prestação dos serviços;

III.O parcelamento do objeto não amplia a competitividade, podendo inibi-la.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

4.1 Devido ao objeto ser participação em Programa de Patrocínio, este não foi classificado como serviço comum.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

5.1 As obrigações da Contratante serão aquelas previstas na proposta, bem como as dispostas abaixo:

5.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.6 Efetuar os pagamentos a CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta no contrato;

5.8 Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais;

5.9 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados, pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação;

5.10 Comunicar oficialmente a CONTRATADA de quaisquer falhas ocorridas consideradas de natureza grave;

5.11 Recusar os serviços executados em desacordo com as normas técnicas específicas.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As obrigações da CONTRATADA serão aquelas previstas na proposta, bem como as dispostas abaixo:

6.2 Informar a APPA sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado;

6.3 Responder técnica, ética, civil e penalmente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, incluindo os de obrigações trabalhistas, previdenciários

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

e tributários, ocorridos tanto em suas unidades próprias como as subcontratadas (credenciados);

6.4 Nomear, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato; e informar e manter atualizados junto a APPA/GCOM os números de telefones e endereço eletrônico, bem como nome das pessoas nomeadas;

6.5 Manter com a APPA/GCOM, setor gestor operacional do contrato, as comunicações e os contatos necessários para execução do objeto deste Termo de Referência;

6.6 Manter atualizadas junto a APPA/GCOM, as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND, e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), bem como a quitação de impostos e outros gravames que incidam sob a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

6.7 Dar início as atividades, na data prevista na Ordem de Serviço;

6.8 Arcar com qualquer prejuízo causada à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto;

6.9 Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade;

6.10 Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato;

6.11 Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;

6.12 Comunicar imediatamente a fiscalização do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento do Contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias

6.13 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto;

6.14 Fornecer a CONTRATANTE, no mínimo um número de telefone fixo, um de telefone móvel, e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato;

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

6.15 Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais;

6.16 Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital, Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que a juiz CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência, se torne necessário ampliar o horário da prestação de serviços;

6.17 Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;

6.18 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela APPA, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da execução do objeto;

6.19 Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela APPA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;

6.20 Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade pertinente e que envolva toda e qualquer parte da execução do objeto;

6.21 Cumprir todas as obrigações elencadas no Termo de Referência e no Edital do Certame,

6.22 Assegurar aos beneficiários a prestação dos serviços, objeto deste certame;

6.23 Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo e no edital, inclusive repassar as garantias do fabricante;

6.24 Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades;

6.25 Assumir integral responsabilidade pela qualidade e durabilidade do material;

6.26 Substituir, o material que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento;

6.27 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

6.28 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;

6.29 Manter atualizados, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito – CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade – CRF do FGTS, a Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; bem como a CRF no Gestão de Materiais e Serviços – GMS da Secretaria de Administração e Previdência do Estado de Paraná;

6.30 Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos da lei;

6.31 Emitir nota fiscal eletrônica correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

6.32 Disponibilizar o conjunto de materiais midiáticos a serem confeccionados para a divulgação do projeto, incluindo material publicitário e de divulgação jornalístico (clipping).

6.33 Disponibilizar os registros fotográficos, de áudio e vídeo das ações envolvendo o projeto para fins de divulgação comunicação interna e externa.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da CONTRATADA, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP, observando ainda os seguintes procedimentos:

7.2 A Nota Fiscal ou Fatura será deverá obrigatoriamente acompanhar as comprovações de regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Gestão Materiais e Serviços – GMS/SEAP/DEAM, através do módulo de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, nominalmente Certificado de Regularidade de Situação Fiscal (CRF), e pela

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista-CNDT, sob pena de suspensão de pagamento, rescisão do contrato e/ou multa, na forma da lei, e Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP.

7.3 Nota Fiscal deverá ser encaminhada à equipe de fiscalização da APPA entre os dias 1 à 10 do mês subsequente da prestação do serviço.

7.4 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal ou Fatura, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.6 O valor será pago em cota única após a realização do evento.

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Conforme exigido no item 339 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade ou documentos pessoais, conforme o caso;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoa Físicas - CPF;

III - declaração do dirigente da entidade:

a) acerca da inexistência de dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito;

b) informando se a pessoa ou os seus dirigentes se encontram incursos em alguma situação de vedação para contratar com a APPA prevista neste RILC;

IV - prova de inscrição da pessoa no Cadastro Nacional de Pessoas

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

- Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme o caso;
- V - prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- VI - prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- VII - prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1 O objeto deste termo de referência, não admite subcontratação parcial do objeto em razão de suas peculiaridades.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

10.2 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

10.3 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

10.4 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina à continuidade do contrato;

10.5 A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

11.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Comunicação - GCOM/APPA, devendo manter elevado o padrão de qualidade dos serviços e frequente contato com o preposto da CONTRATADA, para solução de eventuais problemas e/ou esclarecimento;

11.2 Os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando de imediato o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.3 A CONTRATADA ficará sujeita à mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela GCOM/APPA;

11.4 A existência da supervisão da GCOM/APPA, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam--se às sanções previstas na Lei Estadual nº 13.303/16 e pelo Regulamento de Contratos de Licitação da APPA.

13. MATRIZ DE RISCO

13.1 Não se aplica. A matriz de riscos deverá ser dispensada, pois trata-se de uma contratação de baixa complexidade, cujos riscos serão irrelevantes ou inexistentes.

14. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 Conforme dispõem os arts. 334 e 335 do RILC, em seu Título X, e Lei 13.303/2016:

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Art. 334. Os contratos de patrocínio poderão ser celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fornecimento da marca da APPA e/ou da relação Porto-Cidade observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos deste RILC e demais disposições sobre a matéria previstas em normas internas.

Art. 335. O contrato de patrocínio, entre outros objetivos, destina-se a

- I – Ampliar a visibilidade institucional e fortalecer a imagem da APPA e dos Portos de Paranaguá e Antonina;
- II – Contribuir com o desenvolvimento do segmento portuário e logístico, bem como de atividade a ele relacionadas;
- IV – Contribuir para a ação institucional da Autoridade Portuária no relacionamento com entes públicos e privados, visando à consecução de seus objetivos e metas, bem como à agregação de valor à marca da APPA frente aos respectivos públicos de interesse e à comunidade em geral. (RILC).

Paranaguá, 09 de abril de 2025

Regis Luiz Rieger

Gerente de Comunicação e Marketin

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Anexo I

PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO

1.1 O presente procedimento tem por objeto a participação da Portos do Paraná, **COP Portos Sustentáveis**, organizado pelo Grupo Tribuna - A TRIBUNA DE SANTOS JORNAL E EDITORA LTDA CNPJ: 58.183.401/0001-04 com a finalidade que tem como objetivo mobilizar as autoridades portuárias para a elaboração de um documento com as práticas sustentáveis que será elaborado a partir de encontros regionais. A síntese será levada para a **COP 30** a ser realizada em Belém (PA) no mês de novembro de 2025.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A proposta do projeto é promover um amplo debate entre as autoridades portuárias brasileiras que se reunirão em encontros regionais com o intuito de criar um documento sobre práticas sustentáveis consolidando compromissos e destacando o setor portuário brasileiro como um modelo de inovação ambiental. O documento será apresentado em novembro de 2025 na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30, evento organizado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), a ser realizada em Belém (PA). O Grupo Tribuna irá formar uma comissão nacional com autoridades portuárias para promover os debates e iniciativas do COP Portos, unindo esforços em prol do projeto que contará com três encontros estratégicos a serem realizados entre os meses de junho e novembro de 2025 em território nacional. Nos encontros serão coletados dados para a formulação do relatório final com os compromissos sustentáveis do sistema portuário brasileiro, reforçando as iniciativas do setor que serão apresentadas na COP 30.

2.2 A Portos do Paraná, empresa que administra os portos de Paranaguá e Antonina – (Administração Portos do Paranaguá e Antonina – APPA) tem a missão de se estabelecer como um dos principais hubs logísticos marítimos do mundo. Para isso, vem realizando investimentos e organizando sua estrutura para ampliar a capacidade de movimentação de cargas, sempre com eficiência. Ao mesmo tempo, a Portos do Paraná demonstra preocupação com a preservação ambiental, mantendo mais de 20 programas permanentes voltados ao desenvolvimento socioambiental. A relevância da empresa nesse sentido é tão significativa que, desde 2019, é convidada a palestrar nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Participar das discussões promovidas pelo Grupo Tribuna e ser autora de um documento que estabelecerá compromissos dos portos brasileiros com a sustentabilidade é de extrema importância. É uma oportunidade ímpar para que a Portos do Paraná contribua com a temática, exponha seus projetos, apresente suas propostas e inspire outros equipamentos portuários a seguir os modelos aplicados aqui. Além disso, será um momento para receber informações que poderão incrementar as ações já realizadas e até motivar outros projetos. Se isso já não fosse um ganho extraordinário, o patrocínio da Portos do Paraná propiciará o fortalecimento de sua imagem na mídia, ampliando sua relevância para a sociedade brasileira.

2.3 Para a Portos do Paraná possa fazer parte do projeto, é importante observar os regramentos legais para conceder o patrocínio, a exemplo do Parágrafo segundo do Art. 93 da Lei 13.303/2016, que limita as despesas com publicidade e patrocínio desta empresa pública:

Art. 93. As despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1o O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração

3. METAS

- Divulgação institucional dos serviços portuários e das vantagens competitivas dos portos paranaenses, com objetivo de alavancar a realização de negócios nos portos de Paranaguá e Antonina e fortalecer a imagem institucional dos Portos do Paraná perante todos os públicos-alvo, especialmente os exportadores brasileiros.
- Divulgação institucional dos resultados de operações, Planejamento Estratégico, Planejamento de Infraestrutura Terrestre e Marítima e demais divulgações de balanço.
- Relacionamento socioambiental com o mercado e com a comunidade portuária e litorânea.
- Impacto positivo para quem vê e para quem sente.
- Fortalecimento do relacionamento com órgãos intervenientes, comunidade portuária, prestadores de serviços e comunidade litorânea. IV) Novos insights para preservação ambiental na relação com a comunidade portuária e litorânea.
- Geração de engajamento além das redes sociais com o viés de inovação e pertencimento.
- Ampliação das oportunidades de negócios internacionais.
- Segurança ambiental na imagem da Portos do Paraná.
- Fortalecimento e internacionalização da marca Portos do Paraná.
- De acordo com o Art. 335 do RILC, o contrato de patrocínio, entre outros objetivos, destina-se a:

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

- I – Ampliar a visibilidade institucional e fortalecer a imagem da APPA e dos Portos de Paranaguá e Antonina;
- II – Contribuir com o desenvolvimento do segmento portuário e logístico, bem como de atividades a ele relacionadas;
- III – Posicionar a APPA como apoiadora da preservação e do incentivo à memória e cultura locais, aos esportes, à educação e às questões sociais e ambientais relevantes que afetam o entorno e as respectivas comunidades; e, IV – Contribuir para a ação institucional da Autoridade Portuária no relacionamento com entes públicos e privados, visando à consecução de seus objetivos e metas, bem como à agregação de valor à marca da APPA frente aos respectivos públicos de interesse e à comunidade em geral

4. DAS ETAPAS DO PROJETO

4.1 Tabela de execução

Portos & Encontros	
1º Encontro	Data prevista
Porto de Paranaguá - RJ	26 de Junho
2º Encontro	
Porto do Açú - RJ	30 de Julho
3º Encontro	
Porto de Santos	28 de agosto

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

5. DAS ETAPAS E FASES DE EXECUÇÃO

5.1 Mídia de execução:

- Comunicação Visual dos encontros Regionais
- Assinatura em todos os materiais do projeto (relatórios, documentário final)

5.2 Tabela de Execução:

A Tribuna Jornal	
Etapas	Data de execução
<ul style="list-style-type: none"> • Anuncio ½ página – 08 publicações • Anuncio 1 página – 04 publicações • Ilhado – 01 publicação • Rodapé no caderno especial – 04 anúncios • Rodapé nas matérias 	A definir
Mídia de apoio - proprietário <ul style="list-style-type: none"> • Anúncio 1 página – 04 publicações 	A definir
A Tribuna Digital	
Etapas	Data de execução
Topo da editora do Projeto <ul style="list-style-type: none"> • Banners de divulgação no Portal a Tribuna - 500 mil impressões • Floater no Portal a Tribuna – 04 diárias • Post Feed – Facebook Grupo Tribuna – 08 publicações • Story – Instagram – 08 publicações • Reels – Instagram – 01 publicação 	A definir

GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

<ul style="list-style-type: none">Banners proprietários da editoria - 20% de visibilidade	
---	--

6. PLANO DE APLICAÇÃO RECURSOS

6.1 O valor global do patrocínio será de R\$ 150.000,00.

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1 O pagamento ocorrerá após a realização de todas as etapas previstas na tabela de execução 4.1:

7.2 Cronograma físico e financeiro:

Valor	Saldo do contrato	% execução
R\$ 150.000,00	-	100%



ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2557/2025.

Documento: **TRGRUPOTRIBUNA.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Regis Luiz Rieger (XXX.152.349-XX)** em 09/04/2025 14:50.

Inserido ao documento **1.383.118** por: **Ivo Eduardo Miranda Vizine** em: 09/04/2025 14:47.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

478fbd278a279502f344e6d0e0146f56.